

Introdução

O período entre 1980 e 2003 foi marcado pelo crescimento acentuado, regular e sistemático dos homicídios no Brasil. Apenas nos últimos anos a marcha acelerada da violência letal diminuiu em alguns estados sob a liderança de São Paulo. Porém, ainda hoje cerca de 47 mil vidas são perdidas a cada ano. Os direitos à propriedade, à livre circulação e à liberdade de expressão não são garantidos em muitas regiões do país. Nas localidades mais violentas, o valor dos imóveis diminui e, eventualmente, os negócios e a produção são prejudicados. Não obstante o custo econômico da violência e o drama vivido pela população para fazer valer os seus direitos mais básicos de cidadania, muito pouco se documentou – em termos de indicadores precisos e confiáveis – de modo a permitir análises consistentes, que gerem diagnósticos que venham a auxiliar a elaboração de políticas públicas efetivas e eficientes.

A presente tese é antes de tudo um esforço para reunir informações consistentes que possam contar a história do crime nas últimas décadas, no Brasil. Pretendemos ainda, a partir da base de dados produzida, entender quais os fatores mais relevantes que ajudam a explicar o crescimento e a contenção desse fenômeno. Por outro lado, a partir de hipóteses bastante conservadoras, calculamos o custo de bem-estar da violência no Brasil.

No Capítulo 1, investigamos quais os principais fatores criminógenos, demográficos e ambientais que estão associados à dinâmica dos homicídios no Brasil desde 1981, incrivelmente, um tema ainda pouco estudado pela academia¹. Em particular, procuramos entender como a prevalência das armas de fogo, a expansão dos mercados ilícitos de drogas e o consumo de bebidas alcoólicas podem ter contribuído para o crescimento dos homicídios. Por outro lado, qual a resposta do Estado em termos do contingente policial empregado e em termos da efetividade do sistema para aprisionar os criminosos e conter o processo de aumento das taxas de homicídios em curso?

¹ Ou talvez, exatamente, uma consequência da ausência de dados confiáveis e consistentes, que afugenta os pesquisadores empíricos.

Nesse capítulo, com base na literatura de economia do crime e com base em vários indicadores que coletamos e formulamos, analisamos quais os potenciais fatores que mais influenciaram a dinâmica dos homicídios nas últimas três décadas. Esse capítulo, portanto, procura contribuir com a literatura sob duas dimensões. Em primeiro lugar, por constituir um esforço para recuperar e elaborar informações e indicadores inéditos, que são absolutamente básicos para qualquer análise sobre as causas do crime². Por outro lado, esse artigo pretende preencher uma lacuna, ao tentar dimensionar a importância dos fatores que afetaram a dinâmica dos homicídios e como o grau de importância desses fatores foi alterado ao longo do tempo no Brasil e entre as unidades federativas. Para levar a cabo essa tarefa, além de resgatar informações sobre o efetivo policial e encarceramento desde a década de oitenta, elaboramos algumas medidas *proxies* para a profusão de armas de fogo e ingestão de drogas ilícitas e bebidas alcoólicas, o que é absolutamente inédito para o Brasil.

Neste primeiro capítulo, em primeiro lugar, argumentamos como o aumento da violência letal na década de 80, esteve associado às grandes mazelas socioeconômicas vividas, refletidas em termos da estagnação da renda e aumento paulatino da desigualdade social, que suplantaram um combalido sistema de segurança pública. Segundo os dados revelam, o perceptível aumento da impunidade associado ao aumento da demanda por drogas ilícitas e a aumento da prevalência das armas de fogo, contribuiu para o substancial crescimento dos homicídios na virada da década e para a continuidade da marcha acelerada dos homicídios nos anos 90. Ante a ineficácia de um aparelho de segurança pública despreparado para os grandes desafios da complexa violência urbana, a sociedade reagiu do modo possível, fazendo prosperar a indústria de segurança privada e a indústria de armas de fogo. A partir dos anos 2000, uma espécie de ciclo virtuoso teve início o que fez com que a taxa de homicídios diminuísse em 11 estados. De fato, além da mudança de ênfase no debate sobre as políticas públicas, que envolveu o Governo Federal e governos municipais, vários outros fatos ocorreram. A desigualdade social diminuiu consistentemente, junto com o

² Por exemplo, qualquer análise desse tipo deveria conter informações sobre o efetivo policial, a taxa de encarceramento, a demanda por armas, álcool e drogas ilícitas, entre outras. Contudo, não obstante a importância do problema, incrivelmente, não há qualquer artigo que aponte dados sobre qualquer um desses indicadores para o Brasil da década de oitenta e noventa.

aumento da renda e do emprego. Ao mesmo tempo, vários estados, inclusive São Paulo, assistiram a uma diminuição relativa da coorte dos jovens na população. Aliado às melhorias no campo do debate político e nas questões socioeconômicas e demográficas, o aumento das despesas em segurança pública que se seguiu nos anos 2000 parece ter surtido algum efeito, tendo em vista o aumento das taxas de encarceramento e de condenações a penas alternativas. Por fim, o Estatuto do Desarmamento, uma Lei nacional de controle e restrição ao acesso e uso de armas de fogo, de alguma forma ajudou a conter o crescimento na demanda das mesmas. O grande problema observado no período refere-se ao aumento do consumo de drogas psicoativas proibidas, em particular do *crack*, que ensejou ao crescimento de mercados ilícitos principalmente nos estados do nordeste. Ainda assim, a despeito da questão das drogas, a melhoria observada nos demais indicadores contribuiu para que após 11 anos consecutivos de aumento na taxa de homicídios essa começasse a retroceder.

No segundo capítulo nos dedicamos, exclusivamente, a entender o papel causal da difusão das armas de fogo em relação aos crimes violentos e contra a propriedade. Para tanto, centramos nossa atenção no caso de São Paulo, por dois motivos. Em primeiro lugar, o estado de São Paulo foi o que logrou obter a mais significativa queda na taxa de homicídios no país, o que constitui, aliás, um verdadeiro *case* internacional de sucesso, comparável a Bogotá e Nova Iorque. Em segundo lugar, o motivo mais contundente, São Paulo é um dos raros estados brasileiros que possuem uma base de dados de crimes, consistente, confiável, por município e mensal.

Portanto, esse capítulo conjuga, de certa forma, dois temas explosivos: “o papel causal da arma de fogo sobre crimes” e o “mistério de São Paulo”. Há uma enorme controvérsia sobre se armas causam mais ou menos crimes, sobretudo nos EUA. Pelo lado daqueles que procuram evidenciar a relação “*mais armas mais crimes*”, alguns dos trabalhos mais importantes são devidos a: Duggan (2001); Sherman; Shaw e Rogan (1995); Stolzenberg e D’Alessio (2000); McDowall (1991); McDowall e Loftin (1983); Cook (1979, 1983); Newton & Zimring (1969); Sloan et al. (1988) e Ludwig (1998); entre outros. No outro *front*, daqueles que procuram demonstrar que “*mais armas, menos crimes*”, há Lott, Plassmann e Whitley (2002), Lott (1998), Lott e Mustard (1997), Wright e Rossi (1986), Kleck (1997), e Bartley e Cohen (1998).

Devido a ênfase do governo paulista, desde o final dos anos 90, de “desarmar” o estado, com a priorização das apreensões de armas de fogo em situação ilegal, e também ao Estatuto do Desarmamento, intitulamos esse segundo capítulo como: “*Menos Armas Menos Crimes*”. Neste trabalho o propósito foi o de testar duas hipóteses: i) a disponibilidade de armas faz aumentar os crimes violentos? ii) a disponibilidade de armas faz diminuir os crimes contra a propriedade?

Para analisar as duas questões propostas tivemos que elaborar uma estratégia de identificação que contornasse os problemas de endogeneidade presentes, além de superar o problema da inexistência de uma variável observada para a disponibilidade de armas. De fato, mesmo nos EUA, a principal variável de interesse é não observável, o que fez com que muitos autores utilizassem *proxies* para o estoque de armas de fogo nas localidades de validade bastante discutível, como o número de revistas vendidas especializadas em armas de fogo³ [Moody e Marvell, 2002; Duggan, 2001], ou mesmo a produção e importação de armas de fogo [Kleck, 1979]. Para além da controvérsia sobre qual a melhor medida para arma de fogo, há ainda o problema da simultaneidade e de variáveis não observadas nas localidades, que podem ser fixas ou variáveis no tempo e podem ou não se correlacionar com a variável de interesse (armas), que fazem com que os estimadores obtidos pelo método dos mínimos quadrados sejam viesados e inconsistentes.

Para superar esses obstáculos, formulamos uma medida *proxy* para difusão de armas de fogo nos municípios, sendo ela a proporção de suicídios por Perfuração de Arma de Fogo (PAF), em relação ao total de suicídios. Para contornar os problemas de endogeneidade propusemos um conjunto instrumentos, construídos a partir de três variáveis, sendo eles: o Estatuto do Desarmamento (ED); a prevalência média de armas em 2003 (antes da introdução do ED); e o tamanho das cidades. O uso dos instrumentos permitiu-nos explorar a dimensão temporal e *cross-section* da variação dos crimes e das armas nos municípios paulistas. Com base nas *proxies* e nos instrumentos formulados examinamos o

³ Refere-se às quatro revistas especializadas em armas, de maior circulação nos EUA: *American Rifleman*, *American Hunter*, *American Handgunner* e *Guns & Ammo*.

papel das armas sobre vários tipos de crimes violentos contra a pessoa e contra a propriedade.

A nossa hipótese identificadora é que o Estatuto do Desarmamento (ED), uma Lei nacional⁴ sancionada em 22/12/2003, funcionou como um choque exógeno à disponibilidade de armas nos municípios. Por outro lado, esperamos que o efeito do ED fosse mais efetivo nas cidades onde a demanda por armas era maior antes da aplicação da Lei. Ainda, admitimos ainda que a prevalência de armas dependa do tamanho das cidades.

Entre os resultados encontrados, conforme o próprio título do trabalho sugere, estimamos que a média das elasticidades estimadas da arma de fogo aos homicídios gira em torno de 2,0. Por outro lado, não encontramos evidências que os crimes contra a propriedade sejam afetados pela maior ou menos disponibilidade de arma pela população.

Por fim, no terceiro capítulo, nós estimamos o custo de bem-estar da violência letal no Brasil e analisamos como as heterogeneidades regionais, de gênero e de escolaridade afetam esse resultado. Para tanto, nós aplicamos um abordagem de disposição marginal a pagar para evitar o risco de morte prematura devido à violência, na linha dos trabalhos de Rosen (1988), Murphy e Topel (2003) e Soares (2006). Os cálculos foram baseados em informações das características de cada indivíduo morto e em dados socioeconômicos e demográficos da população. Nossos resultados indicaram haver uma significativa perda de bem-estar devido à diminuição na expectativa de vida que, na média, subtrai 0,7 ano de cada brasileiro. Segundo as estimativas, o custo de bem-estar da violência representa o equivalente a 78% do PIB, ou um custo anual de 2,3% do PIB. Nossas análises indicaram ainda que o emprego de dados agregados para efetuar tais cálculos, sem levar conta as heterogeneidades supramencionadas, pode conduzir a um viés de até um quarto do valor que seria obtido caso aquelas diferenças socioeconômicas fossem consideradas.

⁴ Lei 10.826, de 22/12/2003.